



## Relator da LDO mantém redução do superávit fiscal para 2015



Vital do Rêgo confirmou em parecer ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem nova estimativa anunciada semana passada pelo governo

**S**enadores e deputados podem votar a partir de amanhã o parecer de Vital do Rêgo à LDO 2015, que estima superávit de R\$ 55,3 bilhões (1% do PIB), já descontados os gastos com obras do PAC.

Texto também resgata o orçamento impositivo, mantém prazo original para projetos que aumentem gastos com pessoal e prevê a criação, na internet, do Cadastro de Obras Públicas para ampliar a transparência. **6 e 7**

Integrantes da Comissão Mista de Orçamento podem votar, a partir de amanhã, a LDO para 2015, que depois seguirá para o Plenário do Congresso

### Debate lembra Declaração dos Direitos Humanos

Apresentação de reportagem sobre transtornos mentais e de livro sobre educação para pessoas com deficiência marca-

ram ontem, no Senado, a abertura da semana que lembra os 66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. **8**



Comissão de Direitos Humanos fez audiência pública para celebrar a data

Congresso vota hoje último destaque à nova meta fiscal **3**

Livro tem assinatura de posse de todos os presidentes **2**

especial  
**Cidadania**

### OS 13 ANOS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Mais de 70 mil leitos de manicômios foram fechados no Brasil desde 2001, quando a lei determinou que pacientes com

transtornos mentais devem ser tratados em ambulatorios, para viverem em sociedade com acesso a cidadania plena. **4 e 5**



Centros de atenção psicossocial, como o de Taguatinga (DF), são espaços de acolhimento que substituíram os hospitais

### O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

### Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)



# Livro guarda assinatura de todos os presidentes do país

Documento, que ganhará uma nova assinatura de Dilma Rousseff no dia 1º de janeiro, é mantido no Arquivo do Senado e apresenta uma espécie de resumo da história republicana

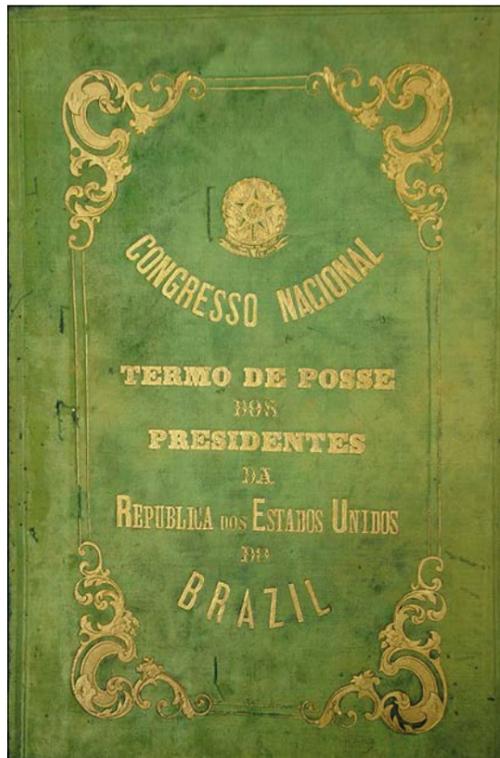
O DIA 1º de janeiro inaugurará um novo ano e uma nova página no livro de posse presidencial. Ao assiná-lo, a presidente reeleita, Dilma Rousseff, assumirá o compromisso de governar o país e continuará a linha do tempo que vem sendo traçada desde o dia 26 de fevereiro de 1891, quando o marechal Deodoro da Fonseca foi empossado presidente do Brasil, tornando-se o primeiro a deixar sua rubrica no livro.

Enquanto a cerimônia não chega, os documentos continuam guardados na Coordenação de Arquivo do Senado, numa sala com temperatura, umidade e luminosidade dentro dos parâmetros recomendados. Organizados em dois volumes, eles testemunham a evolução histórica, demonstrada por elementos que vão da perda sucessiva de arcaísmos na língua portuguesa até o estilo de escrita que se assemelha ao gótico.

O verde que colore a capa de veludo do primeiro volume é mais claro que o da bandeira nacional e contrasta com o brasão da República e as letras douradas. Por dentro, o amarelo não intencional das folhas revela a antiguidade do primeiro livro, motivo pelo qual o presidente Café Filho estreou um novo tomo em 1954. Agora mais formal, as páginas ganham pautas e são envoltas por capa dura, de verde mais escuro e sem a pompa do século 19.

— O acesso aos dois volumes é restrito, com o intuito de resguardar o patrimônio — explica a servidora do Arquivo Rosa Maria Vasconcelos, que usa luvas para manusear os documentos.

Com renúncias e reviravoltas, a história da política brasileira propiciou curiosidades e situações inesperadas, registradas no livro. Como o caso de Tancredo Neves, que não chegou a ser empossado presidente porque adoeceu pouco antes da cerimônia e morreu. Ele já havia



Capa do primeiro tomo do livro de posse: assinatura inaugural foi deixada pelo marechal Deodoro, em 1891

assinado o termo antes — mas como primeiro-ministro, em 1961, quando foi instaurado o regime parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros. Em 1985, o termo de posse do presidente eleito já estava escrito, quando o estado de saúde dele se agravou.

— Devido à rotina de trabalho, não há condição de escrever o termo presidencial durante a posse, porque é tudo manuscrito, e há um calígrafo para isso — explica Rosa. Por isso, observa, a rasura com os dizeres em vermelho “sem efeito” sobre o termo de posse de Tancredo.

## Ana Amélia cobra mais recursos para educação especial

Ana Amélia (PP-RS) pediu mais apoio do poder público ao setor de educação especial.



Waldemir Barreto/Agência Senado

A senadora visitou o Centro de Ensino Especial 2, em Brasília, que atende cerca de 300 alunos com deficiência.

— Fiquei muito sensibilizada, mais uma vez, de ver a dedicação desses professores que, mesmo com os salários atrasados, estão lá exatamente para demonstrar o compromisso que têm com essas escolas — afirmou.

A senadora anunciou que vai pedir uma audiência com o ministro da Educação, Henrique Paim, para cobrar mais investimentos no setor. O assunto, segundo ela, também será debatido na Comissão de Educação e Cultura (CE).

Ana Amélia aproveitou para elogiar a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal nas investigações de irregularidades na Petrobras.

## Paim destaca pagamento total de parcela do Aerus

Paulo Paim (PT-RS) fez um histórico sobre a luta de décadas dos aeronautas pelo direito à previdência integral do fundo de pensão Aerus. Na semana passada, aposentados e pensionistas das extintas Varig, Cruzeiro e Transbrasil finalmente viram aprovado o repasse de R\$ 248 milhões para o pagamento da categoria.

— É bom lembrar que foi a primeira parcela e outras parcelas terão que vir, num sinal claro e positivo de que todos os aeronautas receberão os pagamentos devidos até o final das suas vidas — destacou.

Cerca de 10 mil aeroviários serão beneficiados pelo pagamento. Atualmente, as aposentadorias representam cerca de 8% do valor previsto no auge do Aerus. Desde que o fundo foi encerrado, em 2006, cerca de mil aeroviários já morreram.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Alvaro quer rigor contra condenado por corrupção

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto baseado em sugestão do juiz federal Sergio Moro,



Waldemir Barreto/Agência Senado

que defende maior rigor com réus condenados por crimes graves de corrupção. O texto estabelece que não é permitido ao réu aguardar em liberdade o julgamento de recurso contra condenação por corrupção, concussão ou peculato, que envolvem desvio ou subtração de dinheiro público, salvo se o dinheiro tiver sido recuperado.

— O condenado por crime de corrupção deve ser recolhido à prisão. Deixar esse condenado livre se traduz em risco de fuga ou nova ocultação do produto do crime. A liberdade aumenta a probabilidade de aplicação da lei penal não ser garantida — disse o senador.

Alvaro voltou às atividades no Senado após quatro meses licenciado para cumprir agenda eleitoral. Ele foi reeleito.

## Revista *Em Discussão!*, sobre água, será lançada amanhã

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), promove amanhã o lançamento da 23ª edição da revista *Em Discussão!*, que trata da escassez de água. O lançamento acontecerá durante reunião da comissão, às 7h30.

A revista traz, em 52 páginas, um panorama completo da crise no abastecimento de água que aflige diversas regiões do país, como São Paulo e o semiárido nordestino, e mostra como a infraestrutura brasileira destinada a dar segurança hídrica à população está operando no limite.

A poluição dos cursos d'água, especialmente nas áreas urbanas, e o desperdício contribuem para que o país — e o Senado — fiquem preocupados com a possibilidade de falta de água nas torneiras dos brasileiros. A publicação aponta ainda medidas para o reúso e para a captação de águas das chuvas, além de soluções, como a dessalinização da água do mar.

Duas audiências públicas realizadas pela CI, em no-



Reprodução

Capa da 23ª edição: Comissão de Infraestrutura debateu falta de água

vembro de 2013 e em junho de 2014, com o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Guillo, e o secretário-executivo do Ministério da

Integração Nacional, Irani Ramos, serviram como base para a elaboração da revista. A novidade da edição fica por conta dos perfis dos membros do Senado nas redes sociais, ajudaram a construir a pauta, pedindo que a publicação esclarecesse a real possibilidade de falta de água em São Paulo e apresentasse dicas para economia do recurso contra o desperdício.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h O Plenário pode votar, em primeiro turno, a PEC 32/2010, que explicita o TRT como órgão do Poder Judiciário.

### CONGRESSO Superávit

12h Sessão conjunta do Congresso para concluir votação sobre o superávit primário e avaliar outros 31 projetos de lei.

### PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

10h30 Renan participa da inauguração do painel eletrônico da CAE. Às 12h, preside sessão do Congresso e, às 16h, a ordem do dia do Senado. Lançamentos dos livros *Entrevistas*, de Pedro Simon, às 18h30, e *Teoria dos Recursos Repetitivos*, do ministro Bruno Dantas, do TCU, às 19h30.

### MEDIDA PROVISÓRIA Relatório

9h Votação do relatório da MP 656/2014, que prevê incentivo fiscal para a geração de energia eólica.

### CMA Reutilização da água

9h30 A pauta da comissão tem 16 itens, entre eles projeto que prevê isenção para investimentos visando ao reúso da água.

### RESÍDUOS SÓLIDOS Relatório

9h35 A Subcomissão de Resíduos Sólidos se reúne para apresentação e votação do relatório final.

### CCJ TV por assinatura

10h Audiência debate obrigação de carregamento de sinais a todos os usuários de TV por assinatura.

### CMO/CAE/CMA Política econômica

10h Audiência conjunta para ouvir o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre cumprimento de metas da política econômica.

### CAE Marco Legal das Cooperativas

10h30 A comissão analisa o Marco Legal das Cooperativas e o PLS 259/2009, sobre a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.

### CCT Informações de plano de saúde

11h Entre os 88 itens da pauta, estão projeto que deduz investimento em *startup* do IR e proposta que obriga planos de saúde a informar na internet a rede assistencial e os extratos do consumidor.

### CE Ensino integral

11h A CE analisa escola de tempo integral no ensino fundamental (PLS 255/2014) e textos sobre comemoração de feriados.

### CDH Crise hídrica

14h Audiência pública para debater a escassez de água gerada pelo impacto do uso na mineração.

### ESPECIAL Livro de Pedro Simon

18h30 Lançamento, no Salão Nobre, do livro *Entrevistas*, do senador Pedro Simon, editado pelo Senado.

### ESPECIAL Recursos repetitivos

19h30 Lançamento do livro *Teoria dos Recursos Repetitivos*, do ministro do TCU Bruno Dantas, na Biblioteca.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Congresso deve concluir votação de meta fiscal hoje

Emenda 69 ficou por ser apreciada em nova sessão do Congresso ainda hoje. Alteração proposta pelo deputado Domingos Sávio pretende limitar decisão do governo em executar ou não despesas

O CONGRESSO DEVE concluir hoje a votação do projeto que altera a forma de cálculo do superávit primário (PLN 36/2014). O texto principal foi aprovado na semana passada depois de quase 19 horas de sessão. Ficou faltando, porém, a votação da emenda 69, adiada, por volta das 5h da manhã, devido à falta de quórum.

Apresentada pelo deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), a emenda tenta limitar as despesas correntes discricionárias (as que o governo pode decidir se realiza ou não) ao que foi executado na mesma categoria no ano anterior.

O PLN 36 altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 (Lei 12.919/2013) para, na prática, desobrigar o governo de cumprir qualquer meta de superávit neste ano. O superávit corresponde à economia para pagamento de juros da dívida pública.

O texto atual da LDO estabelece meta de R\$ 116 bilhões, com a possibilidade de abatimento de até R\$ 67 bilhões, referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e desonerações tributárias. Como o PLN 36



Deputados e senadores se reúnem hoje para terminar votação do PLN 36/2014

retira esse limite, o governo poderá abater todo o investimento do PAC e de desonerações, que já passa de R\$ 130 bilhões.

Para a oposição, a medida libera o governo de cumprir as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), equivalendo a um “cheque em branco”. Já o governo afirma que a mudança na lei evita cortes em áreas importantes e que, mesmo com a flexibilização, segue num esforço para fazer “o maior superávit possível”.

O clima entre governo e oposição esquentou ainda mais com a edição, pela presidente Dilma Rousseff, de um decreto

que permite a liberação de R\$ 444 milhões para emendas parlamentares. O texto condiciona os recursos à aprovação do PLN 36, o que levou opositoristas a classificá-lo como uma chantagem.

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), previu que a sessão do Congresso, marcada para as 12h, não deve se estender por mais de duas horas. A pauta do Congresso inclui outros 31 projetos, que abrem créditos suplementares ou especiais para a União (cerca de R\$ 2,2 bilhões) e remanejam ou destinam recursos a empresas estatais (R\$ 4,6 bilhões).

## Gleisi critica aumento de impostos no Paraná

Gleisi Hofmann (PT-PR) criticou o governo do Paraná por adotar uma série de medidas para sanear as finanças públicas que, na avaliação dela, vão ter impacto negativo na economia do estado e prejudicar a população.

Entre as medidas, ela citou o adiamento e o parcelamento do pagamento das férias do funcionalismo, a cobrança de previdência dos servidores inativos, o aumento de 40% do IPVA, o reajuste de 9% dos pedágios e a volta de impostos sobre produtos da cesta básica, como arroz e leite.

Gleisi afirmou que as medidas não se justificam porque o Paraná é o estado que teve o maior aumento de receita líquida neste ano, de 56%. A senadora pediu à assembleia estadual que rejeite as propostas do governador Beto Richa (PSDB).

— Não se justificam as medidas que estão sendo tomadas, a não ser pelo descontrole administrativo — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Casildo elogia novo ministro e aponta óbices à indústria

Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a escolha de Armando Monteiro (PTB-PE) para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ele lembrou que Armando foi presidente da Confederação Nacional da Indústria, setor que enfrenta dificuldades pela falta de infraestrutura de transporte e de energia e de mão de obra qualificada.

Para Casildo, os altos estoques e o baixo consumo são sintomas da crise que afeta a indústria. O senador apontou a elevada carga tributária e a burocracia fiscal como outros obstáculos ao setor. Segundo ele, uma empresa de médio porte no Brasil gasta 2.600 horas por ano para interpretar a legislação tributária, calcular os impostos e pagá-los.

— Apenas para comparação: no Uruguai, as empresas consomem por ano 310 horas para desembaraçar suas obrigações tributárias; nos Estados Unidos, são 175 horas; e na Inglaterra, apenas 110 horas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Amorim relata problemas de Sergipe na saúde

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que Sergipe vive um momento difícil, com problemas graves na saúde, na segurança e nas contas públicas, acrescentando que a causa principal desses problemas é a má gestão.

O senador informou que o estado não oferece nem a metade do número mínimo de leitos recomendado pelo Ministério da Saúde, que é de 2,5 a 3 leitos para mil habitantes.

Segundo Amorim, a situação dos hospitais públicos é tão grave que ocorrem quase 30 mortes por dia no maior hospital de urgência do estado. Ele disse que há quatro anos existe dinheiro de emenda parlamentar para construção de um hospital do câncer em Aracaju, mas até agora nenhuma parede foi construída. Enquanto isso, os doentes de câncer morrem ou vão se tratar em Alagoas.

— É um verdadeiro descaso com a saúde pública do nosso estado — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Jorge Viana pede à Anac que mais empresas aéreas voem para o Acre

Jorge Viana (PT-AC) pediu que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) autorize as empresas Azul e Avianca a terem voos diretos entre Rio Branco e Brasília. Segundo ele, a população não pode mais depender apenas da Gol e da Tam, que chegam a cobrar mais de R\$ 5 mil pelos trechos de ida e volta e só terão vagas a partir do dia 24.

— Todos os dias pessoas perdem oportunidade de trabalho, faltam compromissos por conta da maneira como as



Waldemir Barreto/Agência Senado

companhias aéreas estão tratando o povo acreano, o povo da Amazônia brasileira.

O senador ressaltou que a passagem São Paulo-Paris, mesmo sendo uma distância muito mais longa, custa R\$ 3 mil. No caso dos Estados Unidos, é possível comprar passagem por R\$ 1 mil.

— O transporte aéreo na Amazônia não é luxo, é a única saída para o restante do Brasil e, portanto, serviço de primeira necessidade — destacou.

## Figueiró cobra solução para conflito por terras em Mato Grosso do Sul

Ruben Figueiró (PSDB-MS) cobrou do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que busque solução para o conflito entre índios e fazendeiros



Waldemir Barreto/Agência Senado

no distrito de Taunay, em Aquidauana (MS), onde uma fazenda foi invadida em 28 de novembro por índios terenas.

O senador disse que há ameaças de novas invasões. Ele leu uma carta aberta da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul ao

ministro, pedindo uma solução para os conflitos de terra.

— Ninguém deseja a permanência dos conflitos. Índios e não índios almejam a paz e a segurança dos direitos. Não sei se alcançaremos.

Para Figueiró, se o governo não examinar a questão da terra levando em conta os direitos de propriedade e uma definição pela demarcação das terras indígenas, haverá o caos.



Reprodução/Blog Ciba Insson

A reutilização da água pode ser feita para a limpeza urbana de ruas e praças

## Comissão pode votar hoje desoneração a reúso de água

Empresa que produzir ou distribuir água de reúso poderá ter redução de 75% do Imposto de Renda e isenção da contribuição de PIS-Pasep e Cofins. Esses incentivos constam de projeto que está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Apresentado por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o PLS 12/2014 determina ainda o fim do IPI e da contribuição de PIS-Pasep e Cofins no caso de compra de equipamentos para instalação, manutenção, ampliação ou modernização de planta de tratamento de água de reúso.

embasam reajustes e revisões de tarifa de transporte público coletivo.

De autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), o PLC 50/2013 modifica a Lei 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Com o projeto, a lei deve deixar clara a obrigação de dar publicidade às causas dos reajustes, das revisões ordinárias ou extraordinárias das tarifas.

Outro item da pauta é a divulgação obrigatória da lista de material escolar pelo menos 45 dias antes da data de matrícula, prevista no PLC 97/2009, do deputado já falecido Clodovil Hernandes. A comissão se reúne às 9h30.



Leonardo, de 24 anos, vive no Distrito Federal e toma vários remédios para afastar a depressão e controlar os impulsos suicidas

# TODA LOUCURA É PROTEGIDA?

Lei que determinou extinção progressiva de manicômios foi aprovada em 2001. Desde então, 70 mil leitos psiquiátricos foram fechados no Brasil. Agora, pacientes com transtornos mentais são tratados em ambulatórios, raramente com internação, de modo a garantir-lhes cidadania plena

Larissa Bortoni

ANA ROSA É de Irecê (BA). Mora, porém, em uma das cidades da periferia de Brasília. Vive sozinha. Ana Rosa tem 49 anos. Teve três filhos, que pouco a visitam, especialmente uma filha. Ana Rosa conta que ela não dá as caras por não ter paciência para lidar com gente doída. Ana Rosa se refere a si como “gente doída”. Reclama que os vizinhos a maltratam. Quando aparece na calçada, gritam: “Lá vem a doída”.

Mas não é apenas a vizinhança que tira o sossego da baiana. O incômodo maior é a voz. Apesar de incontáveis vezes terem lhe assegurado que a voz não é real, mas sintoma da doença, Ana Rosa ainda duvida. A voz quer machucar Ana Rosa. Quer matar Ana Rosa. Seguindo as ordens dos murmúrios, a mulher atendeu contra a própria existência diversas vezes.

Leonardo é um rapaz de 24 anos. Nasceu em Ceilândia, outra cidade da periferia de Brasília. Tenta se formar em gestão em-

presarial, mas se queixa de não dar conta de concentrar-se nos estudos. Credita aos efeitos dos remédios, vários ao longo do dia.

A esperança é que as drogas, desarmem a tristeza que tomou conta dele. Não consegue explicar de onde vem tanta melancolia. Então, Leonardo se convence de que só a morte pode dar jeito. Uma vez tentou jogar-se de um viaduto. Salvo pelos bombeiros. Mais recentemente foi com um facão. Uma das irmãs o impediu.

Ana Rosa e Leonardo sofrem, como muitos brasileiros, com

transtornos mentais. Quantos são? Nem o Ministério da Saúde sabe ao certo. Segundo o coordenador de Saúde Mental do ministério, Roberto Tykanori, estudos indicam 6 milhões.

— Há pesquisas que vão para números da ordem de 55% ou 65%. Devemos parar e refletir. Se 65% da população tem transtorno mental, qual o problema dos outros 35%? A grande maioria tem algum tipo de transtorno.

Especial on-line:  
<http://bit.ly/TodaLoucura>



Ana Rosa se queixa de que, por causa do transtorno mental, os filhos evitam visitá-la e os vizinhos dizem ofensas

## TODA LOUCURA É RESGUARDADA

Ana Rosa e Leonardo são tratados em serviços comunitários e públicos de saúde mental. É o que prevê a Lei Antimanicomial (Lei 10.216/2001): internação só quando o tratamento fora do hospital se mostrar ineficaz. Prevê três situações para as internações: a voluntária (com o consentimento do paciente), a involuntária (sem o consentimento e a pedido de outra pessoa) e a compulsória (determinada pela Justiça). As internações voluntárias e involuntárias devem ser autorizadas por médicos.

Por causa da lei, 70 mil leitos psiquiátricos foram fechados desde 2001. A consequência, segundo Roberto Tykanori, do Ministério da Saúde, foi um significativo aumento no número de atendimentos na rede comunitária de saúde. Em 2002, foram atendidos 400 mil cidadãos com transtornos psiquiátricos. Em 2010, 20 milhões.

Em substituição aos hospitais psiquiátricos, o Ministério da Saúde determinou em 2002 a criação dos Centros de Atenção Psicossocial. Os Caps são espaços para o acolhimento de pacientes com transtornos mentais. Dados do ministério mostram que há 2.155 centros. O Brasil tem 5.570 municípios.

A Lei Antimanicomial tem defensores ardorosos, como Roberto Tykanori, para quem a

mudança restituiu a cidadania aos brasileiros com transtornos mentais. O psiquiatra Augusto César de Farias Costa acrescenta que mais um ingrediente nesse processo é o Programa De Volta para Casa. Criado em 2003, prevê o pagamento de um auxílio (R\$ 412, hoje) ao paciente psiquiátrico que ficou internado por longos períodos.

O psiquiatra Renato Cândia apresenta outros benefícios, como a possibilidade de a família também receber apoio no centro de atendimento. Além disso, faz parte da terapia a participação em oficinas ocupacionais, que habilitam o doente a uma atividade produtiva.

### Pronto-socorro

Ao contrário do que muitos imaginam, os Caps, de acordo com Cândia, não substituem o atendimento emergencial nos episódios de surto. Nesses momentos, os pacientes são conduzidos aos prontossocorros de hospitais.

Nalida diária com a realidade de um Caps estão Gislene Marcos Pinheiro e Márcia Kafuri. A primeira gerencia o centro em Taguatinga, uma das cidades do Distrito Federal. Atende 470 pessoas. Márcia responde por um Caps de Goiânia.

O objetivo, explica Gislene, é promover a reinserção social dos doentes. Para isso, a terapia

começa tão logo o paciente é recebido. Há todo um estudo sobre a situação da pessoa. Com o levantamento pronto, é ofertada uma série de recursos, além do próprio atendimento psiquiátrico.

Mas há problemas, admite Gislene. Não há Caps em quantidade suficiente para acolher quem precisa. Por isso, muitos não acessam o serviço.

— Temos vários pacientes que passaram por inúmeras internações. Depois que vieram para o Caps, nunca mais foram internados — garante Gislene.

Naquele Caps de Goiânia, são atendidos 300 pacientes. Todos passaram por longas internações. Márcia se entusiasma com os resultados. Diz que a melhora pode ser aferida por qualquer índice.

Se há falta de centros de atenção psicossocial, a carência é ainda maior quando se trata dos serviços residenciais tera-

pêuticos. São casas para abrigar pacientes com transtornos severos que perderam contato com a família e não têm para onde ir com o fechamento dos manicômios. São 274 no Brasil.

### Gravidez

Leticia tinha acabado de nascer quando Cláudia foi internada pela primeira vez em um hospital psiquiátrico. Era quase uma menina: 19 anos. Gravidez complicada com quadro de pré-eclâmpsia. Psicose pós-parto. Tratada. Recebeu alta e foi para casa. Uma nova gravidez. Dessa vez do Lucas.

Mais uma pré-eclâmpsia. Mais uma psicose pós-parto. Mais uma internação. De lá para cá, nem se recorda de quantas vezes foi hospitalizada, mas sabe que passou mais tempo em hospitais psiquiátricos do que em casa. A fase agora é boa. Há nove meses está em tratamento domiciliar.

— Esses pacientes estão nas ruas. Há estudos mostrando isso e a própria mídia mostra. Nas estradas perambulando, nas cadeias, trancafiados em quartos, acorrentados e sem tratamento. Isso não é cidadania.

O poeta Ferreira Gullar teve dois filhos com esquizofrenia. Um deles já morreu. Outro está em tratamento com remédios e mora no sítio de um amigo. Gullar nunca se furtou às críticas à Lei Antimanicomial.

## TODA LOUCURA NÃO É PROTEGIDA

O aumento no número de atendimentos e as boas intenções do legislador não garantem apoio unânime à Lei Antimanicomial. Para o presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Antônio Geraldo, o equívoco do programa do Ministério da Saúde é a fundamentação em ideologia, e não em dados científicos. O resultado, diz o médico, é que o doente não recebe na rede pública um tratamento da mesma qualidade da iniciativa privada.

Ele diz que é difícil marcar consulta com psiquiatra em ambulatórios — nem todo Caps tem esse médico; quando tem, não trabalha todos os dias da semana — e que faltam remédios em farmácias populares.

Antônio Geraldo assegura que a extinção de leitos hospitalares, e não apenas na área da psiquiatria, só trouxe benefícios ao sistema privado, que recebe a demanda não atendida pelos hospitais públicos.

— Esses pacientes estão nas ruas. Há estudos mostrando isso e a própria mídia mostra. Nas estradas perambulando, nas cadeias, trancafiados em quartos, acorrentados e sem tratamento. Isso não é cidadania.

O poeta Ferreira Gullar teve dois filhos com esquizofrenia. Um deles já morreu. Outro está em tratamento com remédios e mora no sítio de um amigo. Gullar nunca se furtou às críticas à Lei Antimanicomial.

Nas crises psiquiátricas, o doente, diz Davim, deve receber internação e remédios. Só superados e controlados os surtos, é que é possível o atendimento nos centros.

Nas crises psiquiátricas, o doente, diz Davim, deve receber internação e remédios. Só superados e controlados os surtos, é que é possível o atendimento nos centros.

Nas crises psiquiátricas, o doente, diz Davim, deve receber internação e remédios. Só superados e controlados os surtos, é que é possível o atendimento nos centros.



Senador e médico, Davim diz que há doenças mentais que exigem internação

## TODA LOUCURA É ACOMPANHADA

A Lei Antimanicomial dá ao Ministério Público a atribuição de acompanhar as internações involuntárias de pacientes com transtornos mentais. A função, porém, vai muito além. Com frequência, os promotores públicos são chamados a intervir em casos de desrespeito aos direitos humanos de pacientes internados em condições inadequadas.

Amparado pela Lei Antimanicomial, o promotor de Justiça de Goiás Haroldo Caetano da Silva foi um dos responsáveis pela implantação de um programa que mudou o tratamento dos doentes mentais que cometem crimes, mas que, por força da doença, não são capazes de entender a gravidade do ato. Em Goiás não há manicômios judiciais.

Ele explica que essas pessoas, quando reconhecidas como inimputáveis, são incluídas no Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator. O cuidado médico passa a ser prestado pela rede de atenção psicossocial. Ele apenas lamenta que outros estados não tenham seguido esse modelo de tratamento dos loucos infratores.

## TODA LOUCURA TEM SUA BIOGRAFIA

A revolução no sistema de tratamento dos doentes mentais não aconteceu da noite para o dia. É resultado de um processo iniciado no fim da década de 1970, com o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental. Na época, a questão psiquiátrica era regida por um decreto de 1934.

O decreto determinava que “o psicopata ou indivíduo suspeito que atentasse contra a própria vida ou a do alheio, perturbasse a ordem ou ofendesse a moral pública” deveriam ser recolhidos. A internação poderia acontecer por ordem da Justiça ou da autoridade policial. Poderia também ser resultado do pedido do próprio paciente, de parente, tutor ou algum interessado das relações do paciente. Qualquer um podia internar o outro.

Como resultado, a internação era muitas vezes feita sem critério e, pior, podia servir como punição aos que não se adequavam à moral vigente. Assim é a história do Hospital Colônia, em Barbacena (MG), criado em 1903 pelo governo mineiro. Entre 1930 e 1980, 60 mil pessoas morreram no lugar. A informação é da jornalista Daniela Arbex, autora do livro *Holocausto Brasileiro*, que resgata a história do hospital.

Essas pessoas morreram de fome, frio, eletrochoque, abandono, tristeza. Daniela diz que os indivíduos chegavam ao Colônia para morrer. Abandonados pela família e pelo poder público. Nos períodos de maior frio, havia re-

gistro de 16 mortos por dia. Todos doídos? Não. A jornalista estima que, de cada dez pacientes, sete não sofriam de doenças mentais.

### Trem de doído

O hospital foi destino de todo tipo de indesejável social. Não só de Minas, mas de todo o país. As pessoas eram enviadas a Barbacena em vagões de carga — o “trem de doído”, que fazia uma viagem sem volta. Daniela compara com o que aconteceu com os judeus levados aos campos de concentração nazistas:

— Há pessoas que viveram 30 anos lá, 40 anos, 50 anos sem receber uma visita da família. Acabou sendo depósito de gente.

Eram pessoas sem documentos. Negros. Pobres. Meninas que tinham perdido a virgindade antes do casamento. Gente que incomodava outras com mais poder. Maridos que silenciavam a mulher para ficar com a amante.

O Hospital Colônia continua aberto. Após a sociedade saber o que acontecia, a tragédia ganhou traços mais suaves. Os responsáveis pelas denúncias foram o cineasta Helvécio Raton, com o documentário *Em Nome da Razão*, e o jornalista Hiram Firmino, do *Estado de Minas*, que publicou reportagens sobre o hospital. Rebatizado de Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, adequou-se à Lei Antimanicomial.

Foi nesse contexto que o então deputado federal Paulo Delgado,

de Minas, apresentou o projeto para regulamentar os direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios. Isso em 1989. O projeto precisou de 12 anos para ser aprovado. Delgado crê que o principal entrave foi cultural. A sociedade demorou a entender que os loucos não ficariam soltos nas ruas. E houve lobby dos negócios privados ligados aos manicômios.

Ele diz que a preocupação era dar cidadania ao doente mental. A lei, continua, não é contrária aos remédios, mesmo porque são o que permite o tratamento em liberdade. A lei não determina o fim da internação compulsória. O que pretende é uma terapia multidisciplinar que assegure resultados mais satisfatórios.

— Todo mundo tem um ponto de luz e é esse ponto de luz que você tem que procurar, porque é por ali que pode entrar o remédio, que pode entrar a escuta do sofrimento, que pode entrar a reinserção social.

### SAIBA MAIS

Lei 10.216/01  
<http://bit.ly/Lei10216>

Lei Geral dos Psicóticos  
<http://bit.ly/LeiPsicoticos>

Movimento antimanicomial  
<http://bit.ly/MovAntimanicomial>

Portarias sobre saúde mental  
<http://bit.ly/PortariasSaudeMental>

Legislação em saúde mental  
<http://bit.ly/LegSaudeMental>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Documento apresentado pelo relator, Vital do Rêgo, na sexta-feira mantém expectativa de redução da poupança fiscal para 2015. Novidade é que o governo terá meta única

# Relatório da LDO 2015 prevê superávit menor



O SENADOR VITAL do Rêgo (PMDB-PB) entregou na sexta-feira o relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 (PLN 3/2014), que deverá ser votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O texto confirma a nova meta de superávit primário anunciada na semana passada pelo Ministério do Planejamento. A principal novidade é que, agora, a LDO traz uma meta única para o governo.

Segundo o relatório, o esforço fiscal do governo federal será, em 2015, de R\$ 55,3 bilhões (1% do produto interno bruto — PIB), já descontados os R\$ 28,7 bilhões gastos com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse é o número que será perseguido pelo Executivo.

Nos últimos anos, o esforço fiscal tem sido uma “banda” entre o valor oficial e o valor descontado de investimentos públicos — anteriormente do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), atualmente do PAC. Em 2014, por exemplo, a meta inicial do governo federal era de R\$ 116,1 bilhões. A LDO permitia uma redução de R\$ 67 bilhões, equivalente às obras do PAC e às desonerações. Com isso, o esforço fiscal poderia ser qualquer número entre R\$ 49,1 bilhões e R\$ 116,1 bilhões — o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 36/2014, cujo texto-base foi aprovado quinta-feira, acaba com o limite deste ano para desconto.

Para 2015, só haverá um valor a ser



Segundo Vital do Rêgo, nova meta fiscal do governo para o ano que vem, com redução, é mais realista e de acordo com as previsões do mercado

alcançado — R\$ 55,3 bilhões, sem descontos. O valor do PAC (R\$ 28,7 bilhões) entrou apenas como uma referência no texto da LDO — o programa é a principal bandeira de investimentos do governo Dilma Rousseff —, mas sem criar uma “banda” para a meta.

## Revisão

O projeto da LDO foi enviado ao Congresso em abril. A versão original do texto previa um superávit primário de R\$ 86 bilhões para o governo federal. Entre esse valor e o que está no relatório final (R\$ 55,3 bilhões), há uma diferença de R\$ 30,7 bilhões, que é, segundo o governo, o tamanho da queda de arrecadação em 2015. A receita menor, por sua vez, é resultado da revisão de crescimento

## A meta de superávit primário de 2015

ABRANGÊNCIA	PROJETO ORIGINAL		RELATÓRIO FINAL		DIFERENÇA	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
<b>Setor público consolidado</b>	114,7	2	66,3	1,2	-48,4	-0,8
<b>Governo federal</b>	86	1,5	55,3	1	-30,7	-0,5
<b>Estados, DF e municípios</b>	28,7	0,5	11	0,2	-17,7	0,3

Fonte: Relatório final do projeto da LDO 2015

da economia no próximo ano, que cai de 3% para 0,8%. Quanto menor o PIB, menor é a arrecadação.

Para Vital do Rêgo, que participou de reuniões com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a nova meta “é mais realista e aproximada com as previsões do mercado”.

Para os estados, Distrito Federal e municípios, a meta de superávit primário será de R\$ 11 bilhões (0,2% do PIB). Com isso, o esforço total do setor público brasileiro será de R\$ 66,3 bilhões (1,2% do PIB).

Caso os entes federados não atinjam a meta, o governo federal compensará a diferença. Por exemplo, se os entes só conseguirem economizar R\$ 9 bilhões durante o ano, o governo federal terá que se responsabilizar pelos R\$ 2 bilhões não poupados, elevando a própria meta para R\$ 57,3 bilhões.

As estatais estão livres da poupança fiscal, mas, segundo o relatório final, eventuais superávits obtidos serão apropriados pelo governo federal, que poderá reduzir sua parcela no esforço fiscal. Assim, se as estatais economizarem R\$ 2 bilhões, o governo federal estará autorizado a reduzir sua meta no mesmo montante.

O relator da LDO manteve a possibilidade de o governo executar investimentos e inversões do PAC e investimentos das estatais mesmo que a lei orçamen-

tária de 2015 não seja sancionada até 31 de dezembro, medida já prevista no projeto original do governo. Esse é um ponto que deverá ser questionado pela oposição.

## Negociações

Todos os anos, o governo envia a LDO prevendo uma ampla margem de movimentação das despesas na ausência de lei orçamentária — é a chamada regra de antevigência. A versão deste ano praticamente permite o governo executar todo o Orçamento sem autorização do Congresso. Vital do Rêgo reduziu essa margem de manobra, mas manteve a execução provisória de investimentos.

Na prática, a medida pode ter efeito apenas político, funcionando como munição na hora das negociações do texto na CMO. O relator pode ceder na execução provisória de investimentos para manter outros pontos que considera importantes.

O relatório final do projeto da LDO será analisado agora na Comissão Mista de Orçamento. Pelas regras do colegiado, ele só poderá ser colocado a voto a partir de amanhã. Depois precisará ser discutido e votado no Plenário do Congresso.

A CMO e o Plenário deverão também analisar a Lei Orçamentária Anual (LOA), que tem como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

## Outros pontos do relatório final

- ▶ A emissão de títulos da dívida pública federal para bancos estatais (como BNDES), fundos, autarquias e fundações deverá ser divulgada na internet, incluindo valores, objetivo e legislação autorizativa.
- ▶ Servidores e autoridades que tiverem reajuste aprovado em lei terão direito ao aumento no contracheque mesmo que a lei orçamentária não seja sancionada até 31 de dezembro. O pagamento será feito a partir da data de vigência da lei que conceder o reajuste.
- ▶ Não será aceito projeto de lei que autorize indexação de despesas públicas, inclusive para pisos salariais nacionais, sem estimativa do impacto orçamentário e medidas de compensação.
- ▶ Não será aceito projeto de lei que eleve as despesas com pessoal acima dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). Para avaliar se os limites serão respeitados, o órgão público usará a receita corrente líquida constante no relatório de gestão fiscal mais atualizado.
- ▶ Os projetos de lei e medidas provisórias que acarretem renúncia de receita ou reduzam transferências a estados, Distrito Federal e municípios deverão conter estimativa do impacto orçamentário nas transferências.
- ▶ Os projetos de lei aprovados ou medidas provisórias que resultem em renúncia de receita para concessão de incentivos, ou que vinculem receitas, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.
- ▶ Os relatórios de gestão fiscal, elaborados a cada quatro meses pelos Poderes e pelo Ministério Público da União, serão enviados apenas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Hoje, o Congresso também recebe uma cópia. O TCU enviará ao Legislativo o relatório consolidado com a análise dos documentos que recebeu.
- ▶ As normas sobre custos referenciais para obras e serviços de engenharia executadas com recursos públicos voltam ao texto da LDO. O governo havia retirado os dispositivos sobre os custos das obras sob a alegação de que eles já estavam regulamentados no Decreto 7.983/2013.
- ▶ O setor pesqueiro passa a ser uma das prioridades da política de investimentos do BNDES.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner  
**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**  
 Luiz Fernando Bandeira

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira  
**Coordenação de Edição:** Sílvio Burl  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Relator da LDO 2015, Vital do Rêgo rejeitou emendas que permitiriam a apresentação de projetos para reajuste salarial, criação de cargos e novas contratações após 31 de agosto

# Parecer mantém prazo para gasto com pessoal



O RELATÓRIO FINAL do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

para 2015 (PLN 3/2014), apresentado por Vital do Rêgo (PMDB-PB), poderá sofrer contestação de parlamentares em pelo menos um ponto: o prazo de envio de projeto prevendo aumento de gasto com pessoal. O texto do senador pode prejudicar os partidos que estavam fora do Congresso e que, nas eleições de outubro, ganharam assento na Câmara e no Senado.

De acordo com o relatório final, os projetos de aumento de despesa com pessoal (para criação de cargos, contratações e reajustes) só poderão receber recursos do Orçamento de 2015 se tiverem sido enviados ao Congresso até 31 de agosto de 2014. A data já constava no projeto original da LDO enviado pelo governo e foi mantida pelo relator.

Adicionalmente, o projeto determina que as informações sobre impacto orçamentário dos projetos (como número de pessoas contratadas e valor da despesa) deverão constar do Anexo 5 do projeto de lei orçamentária para 2015. Esse



Com o atraso na votação da LDO, partidos querem mais tempo para propor mudanças em salários, cargos e contratações

anexo traz as autorizações para criação de cargos e reajustes no serviço público federal. Só pode haver aumento de despesa previsto no documento.

## Estrutura partidária

Da forma como foi proposto por Vital, o dispositivo poderá afetar as pretensões dos partidos em 2015.

As eleições de outubro elevaram a quantidade de legendas na Câmara. Seis partidos que não tinham deputados em exercício passarão a integrar

a Casa a partir de 2015 (PTN, PSDC, PHS, PTC, PRTB e PSL). No Senado, o PPS ganhou um representante. As novas legendas precisarão de gabinetes e funcionários (que podem ser da Casa, cedidos ou terceirizados) para atuar. Isso implica gastos extras com pessoal e não apenas remanejamentos de cargos existentes.

O problema é que não existe projeto de resolução enviado até 31 de agosto prevendo a criação de cargos adicionais no Congresso, nem as

autorizações estão previstas no Anexo 5 da proposta orçamentária. Sem esse arcabouço, os partidos podem ficar impedidos de montar a sua estrutura.

Com o atraso na votação da LDO, que deveria ter ocorrido em julho, diversos parlamentares apresentaram emendas para prorrogar o prazo para envio de proposições que aumentem gastos com pessoal até a data de entrada em vigor da lei, mas Vital não acolheu nenhuma delas. A decisão

poderá gerar pressão por alteração na data.

A decisão também compromete o reajuste dos vencimentos de deputados e senadores, ainda em discussão nas duas Casas. Já os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República e o defensor público-geral federal não terão problemas, pois os três projetos que tratam dos reajustes dos vencimentos (PLs 7.917, 7.918 e 7.924, todos de 2014) chegaram ao Congresso em 29 de agosto, último dia útil daquele mês.

Os projetos aumentam de R\$ 29.462,25 para R\$ 35.919,05 o subsídio dos ministros do STF, do procurador-geral e do defensor público-geral — que é o teto do funcionalismo público do país — a partir de janeiro de 2015.

Os servidores do Judiciário, Ministério Público da União (MPU), Defensoria Pública e Tribunal de Contas da União (TCU) também não seriam prejudicados, pois as propostas de reajuste chegaram em 29 de agosto. Vale lembrar que apenas o cumprimento do prazo não garante o reajuste. Os projetos precisam ser aprovados e o impacto tem que estar no Anexo V.

## Relatório final resgata orçamento impositivo

A execução obrigatória das emendas individuais de parlamentares está de volta à LDO. O relatório final de Vital do Rêgo incorporou uma seção para disciplinar o tema, já que o governo não tratou dele no projeto da lei para 2015. O texto não é igual ao que está na LDO em vigor (Lei 12.919/2013).

Vital fez modificações para agilizar os processos e garantir que as emendas sejam de fato executadas no decorrer do ano, reduzindo a margem de discricionariedade dos órgãos.

O texto determina que os responsáveis pela execução das emendas (órgãos públicos federais e prefeituras) adotem todas as providências necessárias para garantir a despesa. Eventuais problemas podem ser resolvidos diretamente pelos gestores, não necessitando mais que deputados ou senadores tenham que cuidar disso.

Por exemplo, para uma emenda que contenha o CNPJ ou o nome errado do beneficiário, os próprios órgãos envolvidos na questão (pagador e receptor da verba) cuidarão dos ajustes. “Percebemos que

diversos casos, hoje considerados impedimentos à execução, nem sequer deveriam constituir real empecilho para desencadear a execução”, disse o relator.

Com a redação proposta por ele, somente em casos específicos (os chamados “impedimentos de ordem técnica de caráter insuperável”) é que os ajustes terão que ser feitos no Congresso, por meio de projeto de lei.

## Transparência

Outra novidade do relatório final é que os órgãos beneficiados com os recursos de emendas parlamentares terão que informar, na internet, a relação das programações, o estágio de execução, o cronograma de desembolso dos recursos e os eventuais impedimentos.

No Orçamento deste ano, os 594 parlamentares apresentaram R\$ 8,6 bilhões em emendas, o que dá R\$ 14 milhões por parlamentar. O montante total equivale a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União prevista na proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014.

## Cadastro oferece mais transparência

A criação de um cadastro nacional para consulta aberta na internet de todas as obras e de todos os serviços de engenharia financiados com recursos do Orçamento federal está prevista no relatório final do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 (PLN 3/2014). A medida é uma das inovações do texto apresentado pelo senador Vital do Rêgo, relator da proposta.

Segundo o substitutivo, o Cadastro de Obras Públicas será criado em 2015 e gradativamente vai incorporar todas as obras que recebem verba federal. No primeiro momento, só entrarão no banco de dados os empreendimentos financiados pelos orçamentos

fiscal e da seguridade, com custo superior a R\$ 20 milhões, e os financiados pelas estatais com custo total acima dos R\$ 50 milhões.

Com o tempo, a ideia é transformá-lo em um Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) das obras públicas, mas aberto ao cidadão. Siafi é o sistema usado pela administração federal para acompanhar a execução orçamentária.

— A administração pública não possui nenhum sistema que permita acompanhar, de forma centralizada, todas as obras públicas em execução no país. O momento político atual mostra a necessidade de maior transparência e aperfeiçoamento dos meca-

nismos de acompanhamento e fiscalização das obras públicas — disse o relator.

## Contribuição

O senador não pretende abrir mão do cadastro durante a votação do relatório final. Vital quer deixar essa contribuição antes de tomar posse como novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) — o nome dele já foi aprovado no Senado e deve ser confirmado em votação na Câmara dos Deputados nos próximos dias.

De acordo com a redação proposta pelo senador, o cadastro deverá conter informações detalhadas de cada obra: desde editais, contratos, aditivos e localização georreferenciada, até programa de trabalho e cronograma de pagamento. O objetivo é que cada etapa da obra possa ser visualizada individualmente por qualquer pessoa que acesse a internet.

Os órgãos que possuem sistemas próprios — o Ministério do Planejamento, por exemplo, possui um para acompanhar a evolução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — deverão migrar os dados para o cadastro nacional.



Obras com recursos federais, como o Polo Petroquímico do RJ, terão consulta livre

Reportagem multimídia sobre transtornos mentais e livro sobre educação para pessoas com deficiência foram debatidos na abertura da semana que celebra os 66 anos do texto

# Declaração dos Direitos Humanos é lembrada

OS TRANSTORNOS MENTAIS e o tratamento dessas doenças no Brasil, além das dificuldades enfrentadas por professores ao lidar com alunos com deficiência nas salas de aula da educação profissional, foram debatidos no Senado ontem, na abertura da Semana dos Direitos Humanos. A iniciativa integra a celebração dos 66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, comemorados no dia 10 de dezembro.

Em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), foram apresentados um livro e uma reportagem especial, com conteúdo produzido para a Rádio Senado, o Portal de Notícias e o **Jornal do Senado** (leia páginas 4 e 5).

— Cumprimento a todos que lutam por um mundo mais justo e que não medem esforços para que os direitos humanos sejam fortalecidos no Brasil e no mundo. Quero apresentar o meu reconhecimento aos autores do vídeo e aos autores do livro. Ambas as criações tratam de temas relacionados diretamente a esta comissão — disse o senador Paulo Paim (PT-RS), durante a audiência pública na CDH.

A reportagem especial multimídia da Agência Senado “Toda Loucura Será Protegida?” expôs um tema relevante e quase completamente ignorado, tanto pela grande mídia quanto pela sociedade: de que forma as pessoas com deficiência mental são trata-

das no país. Como observou a jornalista Larissa Bortoni, que fez a apresentação da obra na CDH, o assunto sofre de uma invisibilidade inexplicável e nem foi mencionado durante as campanhas presidenciais dos candidatos de todos os espectros políticos nas eleições de 2014, por exemplo.

— Esse é um tema que deve ser tratado pelo partido da humanidade — afirmou Larissa.

A reportagem, produzida pela jornalista com Adriano Kakazu e Tadeu Sposito, traz depoimentos emocionados de cidadãos brasileiros diagnosticados com perturbações mentais, que sentem na pele o preconceito por sua condição e padecem com a falta de estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) para acolhê-los decentemente.

Estimativas do Ministério da Saúde indicam haver mais de 6 milhões de cidadãos no Brasil que padecem com transtornos graves, muitas vezes sem o tratamento correto. Apesar da postura mais humana que a Lei Antimanicomial (Lei 10.216/2001) buscou implantar — com a substituição dos hospitais psiquiátricos pelos centros de atenção psicossocial (Caps), locais que eliminam o padrão conhecido no passado, da internação dolorosa e sofrida —, faltam vagas e profissionais preparados.

O Brasil tem 5.564 municípios, mais que o dobro do número de Caps existentes no país, 2.155. As residências



Integrantes e convidados da CDH acompanham o vídeo *Toda Loucura Será Protegida?*, produzido pela Agência Senado

terapêuticas, que recebem os doentes que perderam o contato com a família, são menos de 270 em todo o Brasil, informou ainda. A capital da República não possui nenhuma, como frisou Larissa, o que dificulta bastante o tratamento adequado.

— Mais que uma lei médica, a Lei Antimanicomial busca dar cidadania. É muito boa, mas a aplicação é atrasada — lamentou Larissa.

## Deficiência

Paciência, metodologia e tempo diferenciados, superação do preconceito pelo professor e capacidade de assumir que é possível haver

uma aprendizagem mediada, pois o aluno com deficiência pode contribuir para a melhoria da dinâmica da aula. Essas são algumas das conclusões presentes no livro *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: um novo jeito de ser docente*, da pesquisadora em educação Loni Manica.

— Esse é o primeiro livro. Ficou direcionado ao professor que coloca a mão na massa e precisa de uma luz para trabalhar com a pessoa com deficiência — explicou a servidora do Senado, lotada na CDH.

A publicação, fruto de quatro anos de pesquisa em todo o país, também foi lançada durante a audiência pública de ontem. A obra traz a opinião de gestores e professores sobre quais dificuldades devem ser superadas na busca pela inclusão, na educação profissional, de alunos com deficiência. Além disso, apresenta experiências de sucesso sobre o acompanhamento desses estudantes. Também dá voz aos próprios alunos com deficiência sobre quais são os principais enganos dos professores ao ministrarem as aulas, seja em sala ou nos laboratórios de aprendizagem.

— A primeira coisa que eles pedem, 99% dos alunos, é um professor com paciência para escutar e crer que eles também têm potencial e podem contribuir com a aula e o conteúdo a ser trabalhado. A metodologia e a avaliação também não podem ser iguais para todos — disse Loni.

Ela citou exemplos de superação, como o de um aluno cego que se inscreveu para o curso de mecânica e sofreu a discriminação do próprio professor, que o instigou por

muito tempo a desistir do curso. Assegurado pela lei, teve que ser acolhido e, para surpresa do docente, que mudou completamente de postura, o aluno se mostrou excepcional e capaz de detectar um problema apenas pelo barulho do motor.

O livro conta essa história para mostrar que o aluno com deficiência, ainda que precise de atenção e metodologia diferenciadas, é capaz, frisou a pesquisadora.

A publicação foi feita em parceria com o professor Geraldo Caliman, coordenador da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília.

## Tecnologia

Durante a audiência pública na CDH, também houve a apresentação de Valter Junior de Melo, cantor, compositor e professor de softwares leitores de tela. Valter, que tem deficiência visual, celebrou a evolução tecnológica que garante privilégios impossíveis aos portadores de deficiência há poucos anos, como o de ler um livro ou uma reportagem diretamente no computador.

A senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH, mencionou a realização da campanha Direitos Humanos, Direitos de Tod@s, com uma mostra de imagens dos momentos simbólicos que marcaram a atuação da comissão, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. As imagens foram feitas pelos repórteres fotográficos Jonas Pereira e Marcos Oliveira, da Agência Senado, e de Vinicius Ehlers, da própria CDH. A mostra integra as comemorações da Semana dos Direitos Humanos.

## Ana Rita avalia trabalho da comissão

A presidente da CDH, Ana Rita, aproveitou a abertura da Semana dos Direitos Humanos para apresentar um balanço das atividades do colegiado. A senadora ressaltou que, nos dois anos da gestão dela à frente da comissão, tentou garantir que a CDH fosse um grande canal de veiculação dos direitos humanos.

No biênio 2013-2014, foram realizadas 164 reuniões, sendo 116 audiências públicas e 48 reuniões deliberativas, com análise de 104 proposições legislativas e 205 requerimentos, todos vinculados aos direitos humanos.

A comissão recebeu e deu andamento a 182 denúncias relacionadas a violações de direitos e fez 6 diligências externas, com recomendação de providências em relatórios.

Foram tratados na comissão temas relevantes sobre as mulheres, os negros, as pessoas com deficiência, os homossexuais, os idosos, as



Senadora destaca os debates sobre a Lei Menino Bernardo e as cotas para negros

crianças, os jovens, os índios e demais povos tradicionais, as populações marginalizadas e as vítimas de violência ou de omissão do Estado.

Entre os assuntos mais marcantes discutidos na comissão, a senadora citou a Lei Menino Bernardo (Lei 13.010/2014), que tenta coibir o uso de castigos físicos em crianças; a regulamentação da Lei Berenice Piana (Lei

12.764/2012), que amplia a proteção aos autistas; e a lei que instituiu as cotas para negros em concursos públicos (Lei 12.990/2014).

— É gratificante perceber que obtivemos bons resultados em muitos casos. É reconfortante saber que, mesmo no insucesso, estivemos sempre do lado de quem luta pelos direitos humanos — disse Ana Rita.